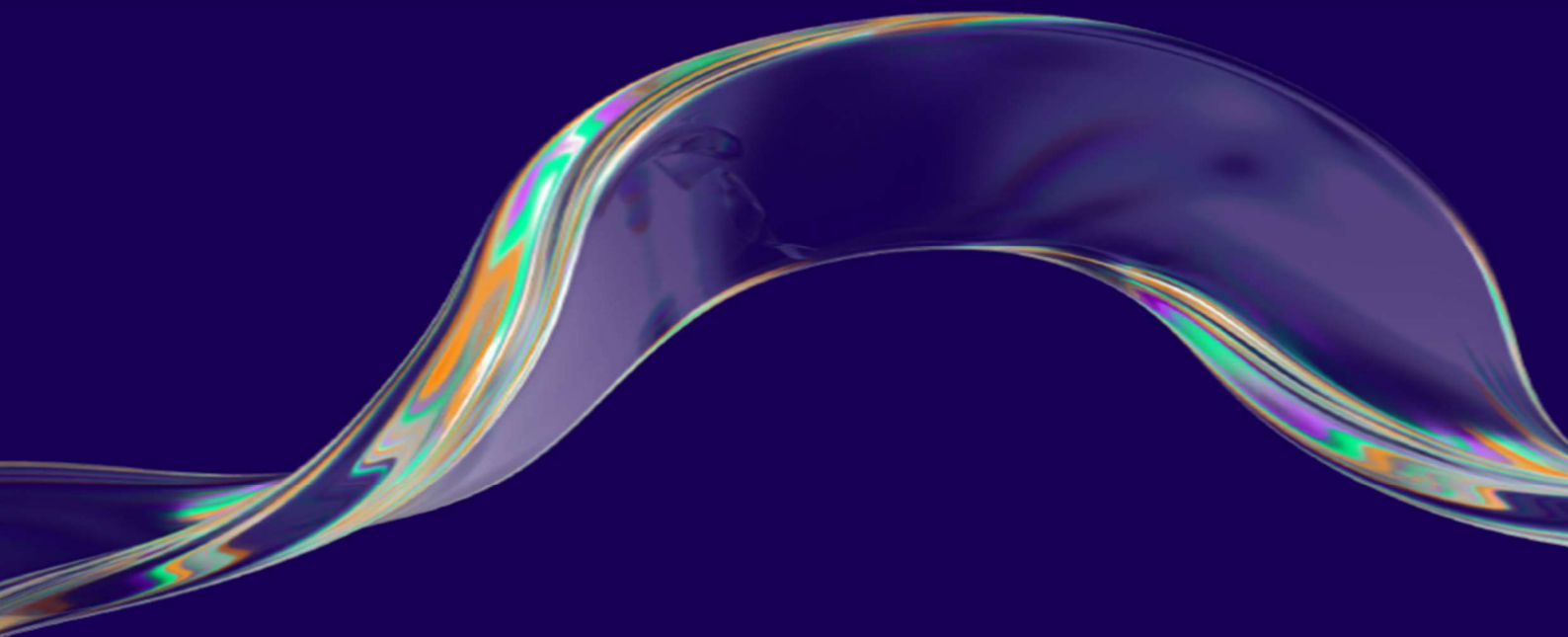


Ventos de São Vinicius Energias Renováveis S.A.



**Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2024 e
relatório dos auditores
independentes**



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Ventos de São Vinícius Energias Renováveis S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Ventos de São Vinícius Energias Renováveis S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Ventos de São Vinícius Energias Renováveis S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS").

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS") e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não

Ventos de São Vinícius Energias Renováveis S.A.

ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Ventos de São Vinícius Energias Renováveis S.A.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 26 de março de 2025

PRICEWATERHOUSECOOPERS
PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Carlos Eduardo Guaraná Mendonça
Contador CRC 1SP196994/O-2

Índice

Demonstração do resultado	6
Demonstração do resultado abrangente	7
Demonstração dos fluxos de caixa	8
Balço patrimonial	9
Demonstração das mutaões do patrimônio líquido	10

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

1	Considerações gerais	11
2	Apresentação das demonstrações financeiras e resumo das práticas contábeis	11
3	Novas normas, alterações e interpretaões de normas emitidas pelo CPC e IASB	12
4	Estimativas e julgamentos contábeis críticos	13
5	Receita	14
6	Custos e despesas	15
7	Resultado financeiro líquido	15
8	Caixa e equivalentes de caixa e Fundo de Liquidez - conta reserva	15
9	Contas a receber de clientes	16
10	Imobilizado	17
11	Intangível	20
12	Financiamentos	20
13	Provisão de ressarcimento	22
14	Provisões para litígios	23
15	Obrigaões socioambientais e de desmobilização de ativos	24
16	Partes relacionadas	25
17	Patrimônio líquido	26
18	Imposto de renda e contribuição social	26
19	Instrumentos financeiros e gestão de risco	27
20	Seguros	32

Ventos de São Vinicius Energias Renováveis S.A.
Demonstração do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro
 Em milhares de reais

	Nota	2024	2023
Receita líquida	5	31.249	32.134
Custo com energia elétrica	6	(1.862)	(1.896)
Custo com operação	6	(15.791)	(15.906)
Lucro bruto		13.596	14.332
Despesas operacionais			
Gerais e administrativas	6	(2.367)	(805)
		(2.367)	(805)
Lucro operacional antes do resultado financeiro		11.229	13.527
Resultado financeiro líquido	7		
Receitas financeiras		5.134	4.477
Despesas financeiras		(7.922)	(8.558)
		(2.788)	(4.081)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		8.441	9.446
Imposto de renda e contribuição social			
Correntes	18 (b)	(2.753)	(2.604)
Lucro líquido do exercício		5.688	6.842

Ventos de São Vinicius Energias Renováveis S.A.
Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	2024	2023
Lucro líquido do exercício	5.688	6.842
Resultado abrangente do exercício	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	5.688	6.842

Ventos de São Vinicius Energias Renováveis S.A.
Demonstração do fluxo de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	Nota	2024	2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		8.441	9.446
Ajustes de itens que não representam alteração de caixa e equivalentes de caixa			
Juros e variações monetárias de empréstimos, financiamentos e debêntures	12 (c)	6.865	7.648
Depreciação e amortização	6	8.364	8.374
Reversão de obrigações socioambientais	15	(534)	-
Provisão de ressarcimento	13 (c)	6.159	3.830
Atualização monetária sobre provisão de ressarcimento	13 (c)	106	274
Apropriação dos custos de captações	12 (c)	191	191
Rendimento sobre fundo de liquidez conta reserva		(547)	(645)
Ajuste a valor presente de desmobilização de ativos	15	384	348
Ajuste a valor presente de arrendamentos	7	3	3
		<u>29.432</u>	<u>29.469</u>
Decréscimo (acrécimo) em ativos			
Contas a receber de clientes		703	(1.044)
Tributos a recuperar		103	(145)
Demais créditos e outros ativos		489	(551)
Acrécimo (decrécimo) em passivos			
Fornecedores		(20)	(495)
Tributos a recolher		(922)	(555)
Partes relacionadas		1.424	256
Demais obrigações e outros passivos		(64)	273
Caixa proveniente das operações		<u>31.145</u>	<u>27.208</u>
Juros pagos sobre financiamentos	12 (c)	(6.262)	(6.816)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(1.997)	(1.800)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		<u>22.886</u>	<u>18.592</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Resgate de (aplicação em) conta reserva		(3.161)	1.091
Aquisição de imobilizado		(28)	(22)
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de investimento		<u>(3.189)</u>	<u>1.069</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Liquidação de financiamentos	12 (c)	(7.882)	(7.824)
Liquidação de arrendamentos		(51)	(17)
Dividendos pagos	1.1.1 (a)	(1.625)	(1.782)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		<u>(9.558)</u>	<u>(9.623)</u>
Acrécimo em caixa e equivalentes de caixa		<u>10.139</u>	<u>10.038</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		<u>36.273</u>	<u>26.235</u>
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		<u>46.412</u>	<u>36.273</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ventos de São Vinicius Energias Renováveis S.A.
Balanco Patrimonial
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	Nota	2024	2023
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	8	46.412	36.273
Contas a receber de clientes	9	4.412	5.115
Tributos a recuperar		50	153
Outros ativos		373	861
		<u>51.247</u>	<u>42.402</u>
Não circulante			
Fundo de liquidez - conta reserva	8	8.942	5.234
		<u>8.942</u>	<u>5.234</u>
Imobilizado			
Intangível	10	117.034	125.004
Direito de uso sobre contratos de arrendamento	11	4.849	4.981
		42	97
		<u>121.925</u>	<u>130.082</u>
Total do ativo		<u>182.114</u>	<u>177.718</u>
Passivo e patrimônio líquido			
Circulante			
Financiamentos	12	7.973	7.950
Fornecedores		1.066	900
Arrendamentos		44	54
Tributos a recolher		499	665
Partes relacionadas	16	1.424	-
Provisão de ressarcimento	13	7.795	6.850
Obrigações socioambientais	15	-	534
Dividendos a pagar	16	1.351	1.625
Outros passivos		496	453
		<u>20.648</u>	<u>19.031</u>
Não circulante			
Financiamentos	12	65.707	72.818
Arrendamentos		-	44
Tributos a recolher		905	905
Provisão de ressarcimento	13	12.922	7.602
Obrigações de desmobilização de ativos	15	4.134	3.750
Outros passivos		123	230
		<u>83.791</u>	<u>85.349</u>
Total do passivo		<u>104.439</u>	<u>104.380</u>
Patrimônio líquido			
Capital social	18	53.946	53.946
Reservas de lucros		23.729	19.392
Total do patrimônio líquido		<u>77.675</u>	<u>73.338</u>
Total do passivo e patrimônio líquido		<u>182.114</u>	<u>177.718</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ventos de São Vinicius Energias Renováveis S.A.
Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	Nota	Reserva de Lucros				Lucros acumulados	Patrimônio Líquido
		Capital social	Reserva de investimentos	Reserva Legal	Retenção		
Em 1º de janeiro de 2023		53.946		1.572	12.603	-	68.121
Lucro líquido exercício		-	-	-	-	6.842	6.842
Total resultado abrangente do exercício		-	-	-	-	6.842	6.842
Destinação do resultado do exercício		-	-	-	-	-	-
Constituição de reserva legal		-	-	342	-	(342)	-
Dividendos mínimos obrigatórios propostos		-	-	-	-	(1.625)	(1.625)
Retenção de lucro		-	-	-	4.875	(4.875)	-
Contribuições e distribuições aos acionistas		-	-	342	4.875	(6.842)	(1.625)
Em 31 de dezembro de 2023		53.946	-	1.914	17.478	-	73.338
Em 1º de janeiro de 2024		53.946		1.914	17.478	-	73.338
Lucro líquido exercício		-	-	-	-	5.688	5.688
Total resultado abrangente do exercício		-	-	-	-	5.688	5.688
Constituição de reserva estatutária de investimento		-	4.875	-	(4.875)	-	-
Destinação do resultado do exercício		-	-	-	-	-	-
Constituição de reserva legal	18 (c)	-	-	284	-	(284)	-
Dividendos mínimos obrigatórios propostos	18 (c)	-	-	-	-	(1.351)	(1.351)
Retenção de lucro	18 (c)	-	-	-	4.053	(4.053)	-
Contribuições e distribuições aos acionistas		-	4.875	284	(822)	(5.688)	(1.351)
Em 31 de dezembro de 2024		53.946	4.875	2.198	16.656	-	77.675

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

1 Considerações gerais

A Ventos de São Vinicius Energias Renováveis S.A. ("Companhia"), com sede em Curral Novo do Piauí, estado do Piauí, tem como objetivo a geração e comercialização da energia produzida pela central geradora eólica denominada EOL Ventos de São Vicente 08, bem como sua exploração e manutenção. A Companhia é produtora independente de energia elétrica, no estado do Piauí, pelo prazo de 35 anos contados a partir de março de 2016.

A Companhia é controlada direta da Ventos de São Vicente Participações Energias Renováveis S.A. ("Ventos de São Vicente") – única acionista - e indireta da Auren Energia S.A. ("Auren").

A Companhia possui outorga de geração de energia, na cidade de Curral Novo do Piauí, estado do Piauí, através da Portaria MME nº 75/2016, emitida pelo Ministério de Minas e Energia – MME. Possui capacidade instalada de 29,4 MW e compõe o complexo eólico Ventos do Piauí I.

As atividades da Companhia são regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL") e ocorrem de acordo com as regras e procedimentos de comercialização da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE").

A energia produzida é vendida, em sua maioria, por meio de contratos de longo prazo no ambiente de contratação regulado, obtidos em leilões promovidos ANEEL, com preços fixos indexados à inflação.

Os termos abaixo são utilizados ao longo destas demonstrações financeiras de forma abreviada:

- ACR – Ambiente de Contratação Regulada;
- ACL – Ambiente de Contratação Livre;
- CCEE – Câmara de Comercialização de Energia Elétrica;
- LEN – Leilão de Energia Nova.

1.1 Principais eventos ocorridos durante o exercício de 2024

1.1.1 Principais eventos societários

(a) Dividendos deliberados e pagos

Em 29 de abril de 2024, a Administração da Companhia deliberou o pagamento de dividendos para sua controladora Ventos de São Vicente, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

Em 17 de junho de 2024, a Companhia pagou dividendos para sua controladora Ventos de São Vicente, no montante de R\$ 1.625.

2 Apresentação das demonstrações financeiras e resumo das práticas contábeis

2.1 Declaração de Conformidade

(a) Demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, vigentes em 31 de dezembro de 2024, o que inclui os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPCs"), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC") e conforme as normas internacionais de Relatório Financeiro (*International Financial Reporting Standards* ("IFRS")) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB") (atualmente denominadas "normas contábeis IFRS") incluindo as interpretações emitidas pelo *IFRS Interpretations Committee* ("IFRIC"), ou pelo seu órgão antecessor, *Standing Interpretations Committee* (SIC® *Interpretations*) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

(b) Aprovação das demonstrações financeiras

A emissão destas demonstrações financeiras foi aprovada pela Diretoria em 25 de março de 2025.

2.2 Base de apresentação

A preparação das demonstrações financeiras considerou a base contábil de continuidade operacional, o custo histórico como base de valor, e no caso de certos ativos e passivos financeiros, que foram ajustados para refletir a mensuração ao valor justo.

As demonstrações financeiras requerem o uso de certas estimativas contábeis críticas e, também, o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação de suas práticas contábeis. As áreas que requerem maior nível de julgamento e apresentam maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 4.

2.3 Moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras

A moeda funcional e de apresentação da Companhia é o Real (“R\$”).

2.4 Operação em conjunto (*joint operation*) incluída nas demonstrações financeiras

Operação em conjunto (*joint operation*) é um negócio em conjunto segundo o qual as partes integrantes que detêm o controle conjunto do negócio têm direitos sobre os ativos e têm obrigações pelos passivos relacionados ao negócio. Essas partes são denominadas de operadores em conjunto.

As operações em conjunto são contabilizadas nas demonstrações financeiras para representar os direitos e as obrigações contratuais da Companhia. Dessa forma, os ativos, passivos, receitas e despesas relacionados aos seus interesses em operação em conjunto são contabilizados individualmente nas demonstrações financeiras de forma proporcional à participação da Companhia na controlada em conjunto.

A Companhia possui participação de 14,28% na empresa Consórcio Ventos do Piauí (“Consórcio”), havendo controle em conjunto com as consorciadas: i) Ventos de Santa Albertina Energias Renováveis S.A.; ii) Ventos de Santo Afonso Energias Renováveis S.A.; iii) Ventos de Santo Agostinho Energias Renováveis S.A.; iv) Ventos de Santo Alberto Energias Renováveis S.A.; v) Ventos de São Adeodato Energias Renováveis S.A. e vi) Ventos de São Casimiro Energias Renováveis S.A.

O Consórcio tem por objeto a construção, manutenção, operação e uso de determinados ativos comuns, especialmente a subestação coletora, a subestação seccionadora/ elevadora, a linha de transmissão, entre outros, para uso de todas as Consorciadas.

3 Novas normas, alterações e interpretações de normas emitidas pelo CPC e IASB

(a) Novas normas emitidas e emendas as normas contábeis adotadas pela Companhia em 2024

Novas normas, interpretações e alterações às normas contábeis vigentes a partir de 1º de janeiro de 2024 foram adotadas e não tiveram impactos relevantes nestas demonstrações financeiras.

(b) Novas normas emitidas e emendas as normas contábeis ainda não adotadas pela Companhia

Outras normas, interpretações e alterações às normas contábeis foram publicadas, porém, ainda não são mandatórias para o período findo em 31 de dezembro de 2024 e não foram adotadas antecipadamente.

A Companhia ainda não concluiu a avaliação dos impactos dessas novas normas, interpretações e alterações às normas contábeis.

Apresentação e Divulgação em Demonstrações Financeiras / IFRS 18

Em 09 de abril de 2024, o Conselho de Normas Internacionais de Contabilidade (IASB) anunciou a nova norma, IFRS 18 - Apresentação e Divulgação em Demonstrações Financeiras, a fim de melhorar a divulgação do desempenho financeiro e oferecer aos investidores uma base melhor para analisar e comparar as empresas.

O IFRS 18 entrará em vigor para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2027, mas as empresas podem aplicá-lo antes, sujeito à autorização dos reguladores relevantes. A Companhia optou por não adotar, antecipadamente, o referido normativo.

Apresentação e Divulgação em Demonstrações Financeiras / IFRS 19

Em 09 de maio de 2024, o IASB emitiu a IFRS 19 - Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações emitidas (Subsidiaries Without Public accountability: Disclosures). As divulgações permitem que as subsidiárias elegíveis utilizem as Normas contábeis IFRS com divulgações reduzidas (sem alterar aspectos de reconhecimento, mensuração e apresentação existentes nas IFRS completas).

O IFRS 19 entrará em vigor para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2027, e as empresas podem aplicá-lo antes. A Companhia está avaliando a aplicação e a elegibilidade para as divulgações anuais em suas controladas.

Reforma Tributária Brasileira

Em 16 de janeiro de 2025, foi publicada a Lei Complementar nº 214, que regulamenta a reforma tributária brasileira sobre o consumo. A reforma trouxe mudanças significativas no sistema tributário nacional, com o objetivo de simplificar a arrecadação, reduzir a burocracia e promover maior justiça fiscal. Entre as principais mudanças, destaca-se a criação da CBS (Contribuição sobre Bens e Serviços) e o IBS (Imposto sobre Bens e Serviços), modelo de IVA dual que substituirá os atuais tributos PIS, COFINS, IPI, ICMS e ISS. A transição para o novo sistema começará em 2026, de forma escalonada, com implementação integral em 2033.

A Companhia iniciará em 2025 as adequações necessárias para ajustar os processos às novas exigências e prazos requeridos; portanto, nenhum efeito relativo aos impactos da reforma tributária foi considerado para fins dessas demonstrações financeiras anuais.

4 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas e julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

As estimativas contábeis raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam risco significativo, com probabilidade de causar ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas nas respectivas notas:

Nota	Conta Contábil
10	Imobilizado
11	Intangível
13	Provisão de ressarcimento
15	Obrigações socioambientais e de desmobilização de ativos
14	Provisões para litígios

5 Receita

Política contábil

A receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos descontos, e é reconhecida contabilmente pelo seu valor justo. A Companhia segue a estrutura conceitual do IFRS 15/CPC 47 “Receita de contrato com cliente”, baseada no modelo de cinco passos: (i) identificação dos contratos com os clientes; (ii) identificação das obrigações de desempenho previstas nos contratos; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação à obrigação de desempenho previstas nos contratos e (v) reconhecimento da receita quando a obrigação de desempenho é atendida.

O modelo de cinco etapas estabelece que a entidade deve reconhecer receita para representar a transferência de bens ou serviços prometidos a clientes no valor que reflita a contraprestação que a entidade espera ter direito em troca desses bens ou serviços.

A medição contábil do volume de energia a ser faturado decorre do processamento da medição física, ajustada ao rateio das perdas informadas pela CCEE.

O reconhecimento contábil da receita é resultante dos valores a serem faturados aos clientes de acordo com a metodologia e preços estabelecidos em cada contrato, ajustadas às quantidades de energia efetivamente geradas, quando aplicável. Esses ajustes decorrem do mecanismo da CCEE que verifica a exposição líquida das controladas da Companhia (vendas, geração, compras e consumo), denominado balanço energético.

Venda de energia

Os contratos de venda de energia da Companhia são realizados nos ambientes livre e regulado de comercialização brasileira, sendo registrados integralmente na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (“CCEE”), agente responsável pela contabilização e liquidação de todo o Sistema Interligado Nacional (“SIN”).

Leilão de Energia: representados por venda de energia proveniente da geração dos parques eólicos, no âmbito de contratação por disponibilidade no mercado regulado, conforme participação em leilões de energia nova (“LEN”).

Energia de curto prazo – CCEE: decorre da contabilização do mercado de curto prazo, ou seja, as disparidades entre recursos e requisitos de energia, valoradas ao Preço de Liquidação das Diferenças (“PLD”).

	Nota	2024	2023
Receita bruta			
Venda de energia			
Leilão de Energia Nova (LEN)		37.617	35.944
Provisão de ressarcimento	13	(6.159)	(3.830)
Contratos bilaterais - partes relacionadas	16	584	502
Energia de curto prazo - CCEE		67	78
		<u>32.109</u>	<u>32.694</u>
Outras receitas			
Venda de crédito de carbono - partes relacionadas	16	391	708
		<u>391</u>	<u>708</u>
Deduções sobre a receita bruta			
PIS e COFINS sobre receitas operacionais		(1.121)	(1.157)
ICMS sobre receitas operacionais		(9)	-
Taxa de fiscalização dos serviços de energia elétrica - TFSEE		(121)	(111)
		<u>(1.251)</u>	<u>(1.268)</u>
Receita líquida		<u>31.249</u>	<u>32.134</u>

6 Custos e despesas

	2024			2023	
	Custo com energia elétrica	Custo com operação	Despesas gerais e administrativas	Total	Total
Energia comprada	(512)	-	-	(512)	(401)
Encargos de uso da energia elétrica	(1.350)	-	-	(1.350)	(1.495)
Depreciação e amortização	-	(8.248)	(116)	(8.364)	(8.374)
Pessoal	-	(62)	(1.428)	(1.490)	-
Pessoal	-	(62)	(1.428)	(1.490)	-
Materiais	-	-	(78)	(78)	(249)
Materiais	-	-	(78)	(78)	(249)
Serviços	-	(6.448)	(613)	(7.061)	(6.919)
Serviços de operação e manutenção O&M	-	(6.012)	-	(6.012)	(5.789)
Serviços de terceiros	-	(328)	(367)	(695)	(564)
Serviços de manutenção	-	(108)	(246)	(354)	(566)
Outros	-	(1.033)	(132)	(1.165)	(1.169)
Aluguéis e arrendamentos	-	(560)	(51)	(611)	(569)
Seguros	-	(439)	(5)	(444)	(557)
Impostos, taxas e contribuições	-	(34)	(24)	(58)	(72)
Outros custos e despesas líquidas	-	-	(52)	(52)	29
	(1.862)	(15.791)	(2.367)	(20.020)	(18.607)

(i) As variações referem-se, principalmente, a rateios de despesas de mão de obra.

7 Resultado financeiro líquido

	Nota	2024	2023
Receitas financeiras			
Rendimentos sobre equivalentes de caixa e conta reserva		4.909	4.477
Atualização monetária sobre ressarcimento	13 (c)	225	-
		5.134	4.477
Despesas financeiras			
Juros sobre empréstimos e financiamentos	12 (c)	(6.218)	(6.789)
Atualização monetária sobre financiamentos	12 (c)	(647)	(859)
Atualização monetária sobre ressarcimento	13 (c)	(331)	(274)
Apropriação dos custos de captações	12 (c)	(191)	(191)
Ajuste a valor presente sobre obrigações com desmobilização de ativos	15	(384)	(348)
Ajuste a valor presente de arrendamentos		(7)	(3)
Outras despesas financeiras		(144)	(94)
		(7.922)	(8.558)
		(2.788)	(4.081)

8 Caixa e equivalentes de caixa e fundo de liquidez - conta reserva

Política contábil

Incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez cujos vencimentos originais são inferiores a três meses, ou cuja estratégia seja a utilização dos recursos dentro desse prazo, que são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a risco insignificante de mudança de valor.

O caixa e equivalentes de caixa em moeda nacional compreendem disponibilidades em contas correntes bancárias e títulos públicos ou de instituições financeiras, em moeda nacional, indexados à taxa de depósito interbancário.

	2024	2023
Caixa		
Caixa e bancos	1.044	162
	1.044	162
Equivalentes de caixa		
Quotas de fundos de investimentos (a)	44.249	29.001
Certificados de Depósitos Bancários – CDBs	1.119	7.110
	45.368	36.111
Caixa e equivalentes de caixa	46.412	36.273
Fundo de liquidez - Conta reserva (i)		
Não circulante	8.942	5.234
	8.942	5.234
	55.354	41.507

Em 31 de dezembro de 2024, os CDBs e Operações Compromissadas possuem taxa de remuneração entre 93,28% e 98,00% (99,35% e 100,31% do CDI em 31 de dezembro de 2023) do Certificado de Depósito Interbancário (“CDI”).

(i) Os contratos de financiamento da Companhia exigem a manutenção do fundo de liquidez em conta reserva como garantia, correspondente a 3 (três) vezes o valor da prestação do serviço da dívida e 3 (três) vezes o valor da prestação dos serviços de operação e manutenção, que deverão permanecer compostas durante toda a vigência dos contratos de financiamentos.

(a) Quotas de fundos de investimentos

	2024	2023
Quotas de fundos de investimentos		
Operações Compromissadas - Títulos públicos	14.553	8.299
Letras Financeiras do Tesouro - LFTs	29.696	20.702
	<u>44.249</u>	<u>29.001</u>

As quotas de fundo de investimento pertencem ao fundo exclusivo da Auren, o Fundo Aquilae e o Fundo Santander Centralizadora. As operações são compostas substancialmente por títulos públicos e operações compromissadas, os quais apresentaram taxa média de remuneração de 99,95% do CDI no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 (99,83% em 31 de dezembro de 2023).

8.1 Qualidade de créditos dos ativos financeiros

A tabela a seguir reflete a qualidade de crédito dos emissores e das contrapartes em operações de caixa e equivalentes de caixas e do fundo de liquidez – conta reserva:

	2024	Rating local 2023
AAA	55.340	41.507
Sem rating	14	-
	<u>55.354</u>	<u>41.507</u>

Os ratings decorrentes de classificação interna foram extraídos de agências de rating (*Standard & Poor's*, *Moody's* e *Fitch Ratings*). Para apresentação foi considerado o padrão de nomenclatura por elas.

9 Contas a receber de clientes

Política contábil

Correspondem aos valores originados pela transação de venda de energia elétrica no curso normal das atividades da Companhia. São inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a perda estimada com créditos de liquidação duvidosa (“PECLD”).

Mensalmente, a área de Vendas da Companhia analisa a posição de vencimentos da carteira de clientes e seleciona os clientes que apresentem saldos vencidos para avaliar a situação específica de cada um, bem como exerce o julgamento sobre o risco de perda envolvido. O resultado desse julgamento estabelece o montante financeiro a ser contabilizado como perdas esperadas.

Os valores a receber negociados pelas controladas da Companhia normalmente, possuem prazo de recebimento até 45 dias.

(a) Composição

	2024	2023
Leilão de Energia Nova (LEN)	4.354	5.025
Partes relacionadas (Nota 16)	58	48
Energia de curto prazo - CCEE	-	42
	4.412	5.115

(b) Vencimentos de contas a receber

	2024	2023
A vencer	4.412	5.073
Vencidos até 3 meses	-	42
	4.412	5.115

A Administração analisou os saldos vencidos de contas a receber de clientes e concluiu que não há histórico de perda, dessa forma, não há indícios para constituição de perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa de contas a receber de clientes.

10 Imobilizado

Política contábil

É apresentado pelo custo histórico de aquisição ou de construção, deduzido da depreciação acumulada. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados à aquisição ou construção de ativos qualificáveis.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como ativo separado, conforme apropriado, somente quando é provável que irão gerar benefícios econômicos futuros associados ao item e quando seu custo pode ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado.

Reparos e manutenções são apropriados ao resultado durante o período em que são incorridos. O custo das principais reformas é acrescido ao valor contábil do ativo quando os benefícios econômicos futuros ultrapassam o padrão de desempenho inicialmente estimado para o ativo em questão. As reformas são depreciadas ao longo da vida útil econômica restante do ativo relacionado.

Ganhos e perdas por alienações são determinados pela comparação do valor da venda com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras (receitas) despesas operacionais, líquidas" na demonstração do resultado.

A depreciação dos ativos imobilizados é calculada pelo método linear, considerando os custos e os valores residuais durante a vida útil econômica dos bens vinculados à infraestrutura da concessão.

As taxas de depreciações utilizadas pela Companhia são definidas pela ANEEL por meio da resolução normativa Nº674/2015 de 11 de agosto de 2015.

A Companhia reconhece uma obrigação segundo o valor justo para desmobilização de ativos no período em que elas ocorrerem, tendo como contrapartida o respectivo ativo imobilizado (Vide nota 15 – Obrigações com desmobilizado de ativos).

Impairment do imobilizado

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável quando o valor contábil é maior do que o valor recuperável estimado, de acordo com os critérios adotados pela Companhia para determinar o valor recuperável.

Os ativos que estão sujeitos à depreciação são revisados para verificar a necessidade de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indiquem que o valor contábil pode não ser recuperável. A perda por *impairment* é reconhecida pelo montante excedente entre o valor contábil do ativo e seu valor recuperável.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Companhia não identificou a necessidade de provisões para *impairment* para os ativos imobilizados.

(a) Composição e movimentação

	Aerogeradores	Máquinas e Equipamentos	Edifícios e construções	Desmobilização de ativos	Móveis e utensílios	Veículos	Custo de Servidão	Obras em andamento	2024	2023
Saldo no início do exercício										
Custo	160.421	5.448	6.980	1.725	17	-	145	274	175.010	174.726
Depreciação acumulada	(46.666)	(1.344)	(1.458)	(504)	(7)	-	(27)	-	(50.006)	(41.835)
Saldo líquido no início do exercício	113.755	4.104	5.522	1.221	10	-	118	274	125.004	132.891
Adições	-	-	-	-	-	-	-	154	154	284
Depreciação	(7.585)	(243)	(244)	(45)	(1)	(1)	(5)	-	(8.124)	(8.171)
Transferências	-	79	(1)	-	9	36	-	(123)	-	-
Saldo no final do exercício	106.170	3.940	5.277	1.176	18	35	113	305	117.034	125.004
Custo	160.421	5.527	6.979	1.725	26	36	145	305	175.164	175.010
Depreciação acumulada	(54.251)	(1.587)	(1.702)	(549)	(8)	(1)	(32)	-	(58.130)	(50.006)
Saldo líquido no final do exercício	106.170	3.940	5.277	1.176	18	35	113	305	117.034	125.004
Taxas médias anuais de depreciação - %	5	5	3	3	6	14	3			

11 Intangível

Política contábil

Direitos de exploração de recursos naturais

Os custos com a aquisição dos direitos adquiridos relativos à exploração de recurso eólico são capitalizados e amortizados usando-se o método linear ao longo do período de autorização.

Após o início da operação do parque eólico, esses gastos são amortizados e tratados como custo de produção.

Softwares

As licenças adquiridas e os custos de desenvolvimento diretamente atribuíveis aos softwares são registrados no ativo intangível. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimada de cinco anos.

(a) Composição e movimentação

	Softwares	Direitos de exploração e de recursos naturais	Intangível em andamento	2024	2023
Saldo no início do exercício					
Custo	25	6.406	-	6.431	6.431
Amortização acumulada	(18)	(1.432)	-	(1.450)	(1.262)
Saldo líquido no início do exercício	7	4.974	-	4.981	5.169
Adições	-	-	54	54	-
Amortização	(3)	(183)	-	(186)	(188)
Saldo no final do exercício	4	4.791	54	4.849	4.981
Custo	25	6.406	54	6.485	6.431
Depreciação acumulada	(21)	(1.615)	-	(1.636)	(1.450)
Saldo líquido no final do exercício	4	4.791	54	4.849	4.981
Taxas médias anuais de amortização - %	3	5			

12 Financiamentos

Política contábil

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos, e subsequentemente, são demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os financiamentos estejam em aberto, utilizando-se da taxa de juros efetiva.

(a) Composição

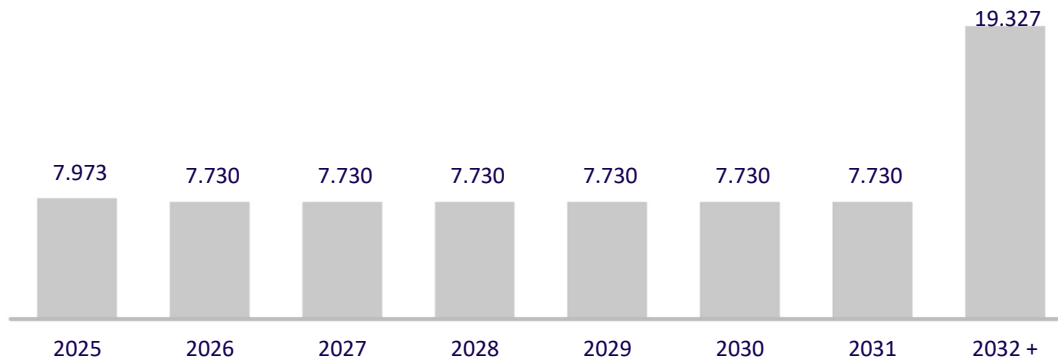
2024										
Modalidade	Encargos anuais médios	Circulante				Não circulante				Valor justo
		Principal	Custo de captação	Encargos	Total	Principal	Custo de captação	Total	Total	
BNDES	TJLP+2,18%	7.921	(191)	243	7.973	67.332	(1.625)	65.707	73.680	58.262
		7.921	(191)	243	7.973	67.332	(1.625)	65.707	73.680	58.262

2023										
Modalidade	Encargos anuais médios	Circulante				Não circulante				Valor justo
		Principal	Custo de captação	Encargos	Total	Principal	Custo de captação	Total	Total	
BNDES	TJLP+2,18%	7.856	(191)	285	7.950	74.634	(1.816)	72.818	80.768	75.239
		7.856	(191)	285	7.950	74.634	(1.816)	72.818	80.768	75.239

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.

TJLP – Taxa de Juros de Longo Prazo, fixada pelo Conselho Monetário Nacional.

(b) Perfil de vencimento



O perfil de vencimento da dívida apresenta o saldo a ser pago, sendo considerada a amortização do principal e a projeção de juros.

(c) Movimentação

	2024	2023
Saldo no início do exercício	80.768	87.569
Provisões de juros	6.218	6.789
Atualização monetária	647	859
Apropriações dos custos de captações	191	191
Juros pagos	(6.262)	(6.816)
Liquidações	(7.882)	(7.824)
Saldo no final do exercício	73.680	80.768

(d) Garantias

Modalidade	Garantias
BNDES	Garantia prestada pela Votorantim S.A. e pela Ventos de São Vicente Participações Energias Renováveis S.A.; Contas reservas; Penhor dos ativos e ações; Cessão fiduciária de direitos creditórios e direitos emergentes das autorizações.

(e) Condições restritivas (não auditado)

Os contratos de financiamentos da Companhia possuem cláusulas restritivas financeiras e não financeiras.

As cláusulas restritivas financeiras incluem o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD). No período findo em 31 de dezembro de 2024, as condições contratuais foram cumpridas.

Vide a seguir, quadro com a composição do ICSD em 31 de dezembro de 2024:

	2024	2023
Lucro (prejuízo) do exercício	5.688	6.842
Imposto de renda e contribuição social	2.753	2.604
Lucro (prejuízo) do exercício antes dos impostos	8.441	9.446
(+) Resultado financeiro, líquido	2.788	4.081
(+) Depreciação e amortização	8.364	8.374
EBITDA Ajustado	19.593	21.901
(-) Imposto de renda e contribuição social	(2.753)	(2.604)
Geração de caixa da atividade [a]	16.840	19.297
Serviço de dívida [b]	(14.144)	(14.640)
(-) Pagamento de juros	(6.262)	(6.816)
(-) Pagamento de principal	(7.882)	(7.824)
Índice de Cobertura do Serviço da Dívida - ICSD [a]/[b]	1,19	1,32

13 Provisão de ressarcimento

Política contábil

A conta de provisão de ressarcimento à CCEE reflete os efeitos sobre a geração de energia fora dos limites de tolerância estabelecidos (energia efetivamente gerada e a energia contratada). Tais variações fora dos limites implicam no registro por estimativa de ativos ou passivos contratuais e são reconhecidos no resultado como ajuste positivo ou negativo da receita, na rubrica “Receita bruta de venda de energia - ACR”. A Administração da Companhia entende que a análise do atendimento a estes limites é uma estimativa significativa.

(a) Ressarcimento anual

Contratos LEN: Caso a energia fornecida no ano, seja inferior a 90% da energia contratada anualmente, o valor do ressarcimento será equivalente ao maior valor entre o preço contratual vigente, no ciclo base de apuração, e o PLD médio do mesmo período, aplicado sobre o montante em MWh que for inferior aos 90%. Tais acertos financeiros, dependendo do leilão, ocorrem ou em 12 parcelas mensais ou via dedução parcial ou integral da receita, sendo que neste caso, o número de parcelas pode variar caso o montante a ser deduzido seja maior que a receita mensal, ambos a partir do segundo mês do próximo ano contratual. Caso a energia fornecida seja superior à energia contratada, as faixas estarão compreendidas entre 130% e 100%, de acordo com o ano atual de apuração do ressarcimento quadrienal, sendo que os limites de tolerância são: 130% no primeiro ano, 120% no segundo ano, 110% no terceiro ano ou 100% no quarto ano. Para esses casos, a Companhia receberá o valor equivalente a aplicação do PLD sobre o montante em MWh conforme limite de tolerância, em parcela única a partir do segundo mês do próximo ano contratual, mediante liquidação das faturas mensais emitidas pelas controladas da Companhia à CCEE.

(b) Ressarcimento quadrienal

Contratos LEN: Caso a energia fornecida seja inferior a 100% da energia contratada no final de cada quadriênio, o valor do ressarcimento será equivalente ao maior valor entre o preço contratual vigente no último ano do ciclo base de apuração acrescido de 6% e o PLD médio do quadriênio de apuração aplicado sobre o montante em MWh que for inferior aos 100% e superior a 90% do montante, dado que o ressarcimento anual captura os desvios inferiores a 90%. O acerto financeiro para energia fornecida abaixo dos limites, dependendo do leilão, ocorre ou em 12 parcelas mensais ou via dedução parcial ou integral da receita, sendo que neste caso, o número de parcelas pode variar caso o montante a ser deduzido seja maior que a receita mensal, em ambos os casos a partir de fevereiro do ano subsequente ao último ano contratual de cada quadriênio, mediante liquidação das faturas mensais emitidas pelas controladas da Companhia à CCEE. Não há acerto financeiro quadrienal para energia fornecida acima dos limites, uma vez que, nessa hipótese, os valores serão liquidados nos critérios enquadrados no ressarcimento anual.

(c) Composição e movimentação

			2024	2023
	Anual	Quadrienal	Total	Total
Saldo no início do exercício	653	13.799	14.452	10.348
Provisão (Reversão) (Nota 5) (i)	1.630	4.529	6.159	3.830
Atualização monetária (Nota 7)	14	92	106	274
Saldo no final do exercício	2.297	18.420	20.717	14.452
Circulante	853	6.942	7.795	6.850
Não Circulante	1.444	11.478	12.922	7.602
	2.297	18.420	20.717	14.452

(i) A ANEEL emitiu o Despacho nº 2.303/2019 determinando à CCEE que proceda à suspensão dos ressarcimentos estabelecidos na Contratação de Energia Elétrica no Ambiente Regulado, referentes ao ano contratual apurado a partir de agosto de 2019, até a decisão final sobre o resultado da instauração da Audiência

Pública nº 034/2019 que visa regular os procedimentos e critérios para apuração da restrição de operação por *constrained-off* de usinas eólicas.

A ANEEL, em 23 de março de 2021, publicou a Resolução Normativa nº 927 de 2021, e, em 29 de abril de 2022, o Despacho 1.151/2022, que em conjunto regulamentaram a metodologia para cálculo de energia não fornecida decorrente de *constrained-off* de usinas eólicas, condição necessária para a retomada da cobrança dos ressarcimentos. Porém, em 13 de maio de 2022, a CCEE publicou o comunicado nº 355/22, em que informa que está realizando adequações e testes sistêmicos, bem como troca de informações e validação de parâmetros de entrada com o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), e que, concluída essa etapa, apresentará ao mercado, por meio de comunicado, novo cronograma de operacionalização dos cálculos dos ressarcimentos.

Em 23 de dezembro de 2022, a CCEE publicou o comunicado nº 970/22, que divulga o cronograma de reapurações dos ressarcimentos, que tiveram início em junho de 2023 e estão sendo realizadas em parcelas de 2 a 4 meses, e que contempla apenas os meses de janeiro de 2018 a setembro de 2021. Para o período a partir de outubro de 2021 ainda será divulgado novo cronograma, pois a Consulta Pública ANEEL nº 22/2022 não foi concluída.

Os pagamentos dos ressarcimentos foram suspensos no mês de julho de 2024 devido à falta de regras de comercialização para apuração dos ressarcimentos do período “definitivo” do *constrained-off* eólico, relacionados aos eventos de restrição de geração ocorridos a partir de outubro de 2021.

Em 24 de dezembro de 2024 a ANEEL publicou a Resolução Normativa 1.109 de 2024, resultado da Consulta Pública 22/2022, estabelecendo as regras de comercialização para apuração dos ressarcimentos referentes ao período “definitivo”. Assim, a expectativa é que a CCEE divulgue um cronograma de reapurações dos ressarcimentos para os eventos ocorridos a partir de outubro de 2021.

14 Provisões para litígios

Política contábil

As provisões para as perdas classificadas como prováveis, são reconhecidas contabilmente, desde que: (i) haja uma obrigação presente (legal ou não formalizada), decorrente de eventos passados; (ii) seja provável que haverá saída de recursos para liquidar a obrigação; e (iii) o valor da obrigação possa ser estimado com segurança.

Os processos cuja probabilidade de perda é classificada como possível não são provisionados, sendo os montantes divulgados em nota explicativa. As estimativas de risco atribuídas a processos judiciais são baseadas na avaliação e fundamentada na opinião, de seus consultores jurídicos internos e externos.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, a qual reflete as avaliações atuais do mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

(a) Processos com probabilidade de perdas consideradas possíveis

Ações tributárias

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possui apenas processos de natureza tributária com prognóstico de perda possível, no montante atualizado de R\$ 312 (R\$ 290 em 31 de dezembro de 2023).

15 Obrigações socioambientais e de desmobilização de ativos

(a) Obrigações de desmobilização de ativos

Política contábil

Em consonância com o CPC 27 – Ativo imobilizado, a mensuração das obrigações para desmobilização de ativos envolve julgamento sobre diversas premissas. Sob o ponto de vista ambiental, refere-se às obrigações futuras de restaurar/ recuperar o meio ambiente, para as condições ecologicamente similares às existentes, antes do início do projeto ou atividade ou de fazer medidas compensatórias, acordadas com os órgãos competentes, em virtude da impossibilidade do retorno a essas condições pré-existentes. Essas obrigações surgem a partir do início da degradação ambiental da área ocupada, objeto da operação ou a partir de compromissos formais assumidos com o órgão ambiental, cuja degradação precisa ser compensada. A desmontagem e retirada da operação de um ativo ocorre quando ele for permanentemente desativado, por meio de sua paralisação, venda ou alienação.

As obrigações consistem principalmente de custos associados com o encerramento das atividades do parque eólico. O custo de desmobilização de ativos, equivalente ao valor presente da obrigação (passivo), é capitalizado como parte do valor contábil do ativo, que é depreciado ao longo de sua vida útil. Estes passivos são registrados como provisões. Estas estimativas são revisadas anualmente pela Companhia.

(b) Composição e movimentação das provisões

	Desmobilização de ativos	Obrigações socioambientais	(-) Ajuste a valor presente	2024	2023
Saldo no início do exercício	52.142	534	(48.392)	4.284	3.936
Reversão de provisão ambiental	-	(534)	-	(534)	-
Ajuste a valor presente (Nota 7)	-	-	384	384	348
Saldo no final do exercício	52.142	-	(48.008)	4.134	4.284
Circulante	-	-	-	-	534
Não circulante	52.142	-	(48.008)	4.134	3.750
	52.142	-	(48.008)	4.134	4.284

16 Partes relacionadas

Política contábil

As transações com partes relacionadas são realizadas pela Companhia em condições estritamente comutativas, observando-se os preços e condições usuais de mercado e, portanto, não geram qualquer benefício indevido às suas contrapartes ou prejuízos à Companhia. No curso normal das operações, a Companhia realiza contratos com partes relacionadas (coligadas e acionistas), relacionados principalmente, à compra e venda de energia e serviços.

A Companhia não possui despesas relacionadas a remuneração do pessoal-chave da Administração, pois pertencem a controladora indireta Auren.

	Ativo		Passivo		Vendas (Nota 5)		Compras, serviços e outros	
	2024	2023	2024	2023	2024	2023	2024	2023
Contas a receber de clientes (Nota 9) - Vendas								
CESP Comercializadora de Energia S.A.	29	27	-	-	294	247	-	-
Auren Comercializadora de Energia Ltda.	29	21	-	-	681	963	-	-
	<u>58</u>	<u>48</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>975</u>	<u>1.210</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Fornecedores - compras								
Votorantim S.A.	-	-	16	24	-	-	(197)	(141)
Auren Comercializadora de Energia Ltda.	-	-	22	15	-	-	(308)	(327)
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>38</u>	<u>39</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(505)</u>	<u>(468)</u>
Dividendos a pagar								
Ventos São Vicente Energias Renováveis S.A.	-	-	1.351	1.625	-	-	-	-
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1.351</u>	<u>1.625</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Repasse de custos partes relacionadas (i)								
CESP Companhia Energética de São Paulo	-	-	234	-	-	-	(234)	-
Auren Comercializadora de Energia Ltda.	-	-	172	-	-	-	(172)	-
Auren Energia S.A.	-	-	1.018	-	-	-	(1.018)	-
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1.424</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(1.424)</u>	<u>-</u>
Outros débitos (ii)								
Sol do Piauí Geração de Energia Ltda.	-	-	123	230	-	-	(257)	(230)
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>123</u>	<u>230</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(257)</u>	<u>(230)</u>
	<u>58</u>	<u>48</u>	<u>2.936</u>	<u>1.894</u>	<u>975</u>	<u>1.210</u>	<u>(2.186)</u>	<u>(698)</u>

(i) Refere-se, principalmente a rateios de despesas compartilhadas de mão de obra e de serviços de tecnologia.

(ii) Refere-se a títulos a pagar da tarifa do uso de transmissão.

17 Patrimônio líquido

(a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2024, o capital social integralizado da Companhia é de R\$ 53.946 (R\$ 53.946 em 31 de dezembro de 2023), composto por 53.946.000 (R\$ 53.946.000 em 31 de dezembro de 2023) ações ordinárias e sem valor nominal.

(b) Reserva legal e reserva de retenção de lucros

A reserva legal é constituída pela apropriação de 5% do lucro líquido do exercício social ou saldo remanescente, limitado a 20% do capital social. Sua finalidade é assegurar a integridade do capital social. Ela poderá ser utilizada somente para compensar prejuízo e aumentar o capital. Quando a Companhia apresentar prejuízo no exercício, não haverá constituição de reserva legal.

O saldo do lucro que não tenha destinação compulsória a outras reservas e que não seja destinado ao pagamento de dividendos é destinado à conta de retenção de lucros prevista no estatuto social da Companhia (reserva para investimentos), que terá por fim assegurar recursos para financiar aplicações adicionais de capital fixo e circulante e expansão das suas atividades sociais, até que tal reserva atinja o valor equivalente a 80% (oitenta por cento) da cifra do capital, observado o disposto no artigo 199 da Lei nº 6.404/76 e alterações posteriores.

(c) Distribuição de lucros

É reconhecida como passivo nas demonstrações financeiras ao fim do exercício, com base no estatuto social.

	2024	2023
Lucro líquido do exercício	5.688	6.842
Reserva legal - 5%	(284)	(342)
Base de cálculo dos dividendos	5.404	6.500
(-) Dividendos mínimos obrigatórios - 25% conforme estatuto	(1.351)	(1.625)
(=) Saldo de lucros acumulados	4.053	4.875
(-) Retenção de lucros	(4.053)	(4.875)
(=) Saldo	-	-

Qualquer valor acima do mínimo obrigatório, 25% do lucro líquido do exercício deduzido de reserva legal, somente é provisionado na data de aprovação pelos acionistas em Assembleia Geral. Quando a Companhia apresentar prejuízo no exercício, não haverá distribuição de dividendos.

Em 31 de dezembro de 2024, após a destinação da reserva legal, a Companhia provisionou os dividendos mínimos obrigatórios, no montante de R\$ 1.351 (R\$ 1.625 em 31 de dezembro de 2023), reconhecido em dividendos a pagar.

18 Imposto de renda e contribuição social

Política contábil

A Companhia está sujeita ao imposto de renda e a contribuição social. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada individualmente para a Companhia com base em alíquotas e regras fiscais em vigor. A Companhia também reconhece provisões por conta de situações em que é provável que valores adicionais de impostos sejam devidos.

Nos exercícios de 2024 e 2023, a Companhia recolheu os respectivos tributos com base no lucro presumido e auferiu lucro tributável com base na alíquota de presunção de 8% (IRPJ) e 12% (CSLL) sobre as receitas de venda

Ventos de São Vinicius Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

de energia, e para as vendas de crédito de carbono com base na alíquota de presunção de 32% (IRPJ e CSLL) e, para as receitas financeiras, nenhuma alíquota de presunção é aplicada, sendo considerada, portanto, a totalidade das mesmas conforme legislação vigente.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, foi reconhecido como despesa de imposto de renda e contribuição social o montante de R\$ 2.753 (R\$ 2.604 em 31 de dezembro de 2023).

(a) Reconciliação da despesa de IRPJ e CSLL

Os valores de imposto de renda e contribuição social demonstrados no resultado do exercício de doze meses findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 apresentam a seguinte reconciliação com base na alíquota nominal:

	2024					
	Receitas de Venda (Venda de Energia)		Receitas de Venda (Crédito de Carbono)		Receitas Tributadas 100% (Financeira)	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Receita Bruta Tributável	32.109	32.109	391	391	5.134	5.134
% de Presunção da Base	8%	12%	32%	32%		
Base de cálculo Presumida	2.569	3.853	125	125	5.134	5.134
Alíquota Nominal dos Tributos	15%	9%	15%	9%	15%	9%
Adicional IRPJ	10%		10%		10%	
IRPJ e CSLL no resultado	618	347	31	11	1.284	462

	2023					
	Receitas de Venda (Venda de Energia)		Receitas de Venda (Crédito de Carbono)		Receitas Tributadas 100% (Financeira)	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Receita Bruta Tributável	32.694	32.694	708	708	4.540	4.540
% de Presunção da Base	8%	12%	32%	32%		
Base de cálculo Presumida	2.616	3.923	227	227	4.540	4.540
Alíquota Nominal dos Tributos	15%	9%	15%	9%	15%	9%
Adicional IRPJ	10%		10%		10%	
IRPJ e CSLL no resultado	630	353	57	20	1.135	409

19 Instrumentos financeiros e gestão de risco

19.1 Instrumentos financeiros por categoria

(b) Ativos financeiros – classificação, reconhecimento e mensuração

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: custo amortizado, valor justo por meio do resultado e valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação dos ativos financeiros da empresa no reconhecimento inicial.

(i) Custo amortizado

Instrumentos financeiros mantidos em um modelo de negócios cujo objetivo seja obter fluxos de caixa contratuais e seus termos contratuais deem origem a fluxos de caixa que sejam exclusivamente o pagamento de principal e juros. Os instrumentos nessa classificação são mensurados ao custo amortizado.

(ii) Valor justo por meio do resultado

Têm como característica a sua negociação ativa e frequente nos mercados financeiros. Esses instrumentos são mensurados por seu valor justo, e suas variações são reconhecidas no resultado do exercício.

(iii) Valor justo por meio de outros resultados abrangentes

Instrumentos financeiros que satisfaçam o critério de termos contratuais, que deem origem a fluxos de caixa que seja exclusivamente o pagamento de principal e juros e seja mantido em um modelo de negócios, cujo objetivo seja atingido tanto pela obtenção de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda do ativo financeiro. Os instrumentos nessa classificação são mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, quando aplicável.

(c) Passivos financeiros – classificação, reconhecimento e mensuração

A Companhia classifica seus passivos financeiros nas seguintes categorias: (i) mensurados ao custo amortizado e (ii) valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros mantidos para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado e suas variações, incluindo juros, são reconhecidas no resultado. As variações em outros passivos financeiros mensurados ao custo amortizado, incluindo juros e variação cambial, são reconhecidas no resultado na rubrica de “receitas (despesas) financeiras” exceto pela variação cambial reconhecida como “variações cambiais, líquidas”. Os passivos financeiros são baixados quando as obrigações contratuais são retiradas, canceladas ou expiradas. A diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos ou passivos assumidos) é reconhecida nas demonstrações do resultado.

A seguir são demonstrados os instrumentos financeiros por categoria e correspondente nível de enquadramento na hierarquia de mensuração pelo valor justo:

	Nível	2024	2023
Ativos			
Ao custo amortizado			
Contas a receber de clientes (Nota 9)		4.412	5.115
Ao valor justo por meio do resultado			
Equivalentes de caixa (Nota 8) (i)	1	45.368	36.111
Fundo de liquidez - Conta reserva (Nota 8)	1	8.942	5.234
		54.310	41.345
		58.722	46.460
Passivos			
Ao custo amortizado			
Financiamentos (Nota 12) (ii)		73.680	80.768
Arrendamentos		44	98
Fornecedores		1.066	900
Partes relacionadas (Nota 16)		1.424	-
		76.214	81.776

(i) O valor justo apresentado corresponde ao valor contábil reconhecido.

(ii) O valor justo desta rubrica está apresentado na Nota 12 (a).

A Companhia divulga as mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo:

Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;

Nível 2 - Informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços);

Nível 3 – Inserções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, inserções não-observáveis).

19.2 Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõe a diversos riscos financeiros, a saber: (a) risco de crédito, (b) risco de liquidez, (c) risco regulatório, (d) risco socioambiental, (e) risco de não performance dos parques eólicos e (f) risco de mercado.

Para atenuar os efeitos diversos de cada fator de risco, a Companhia, seguem a Política de Gestão de Riscos Auren, cujo objetivo é estabelecer a governança e suas macro diretrizes no processo de gestão de riscos financeiros, assim como indicadores de mensuração e acompanhamento.

O processo de gestão de riscos financeiros objetiva a preservação da liquidez e a proteção do fluxo de caixa e de seus componentes operacionais (receitas e custos) e financeiros (ativos e passivos financeiros) contra eventos adversos de mercado, tais como oscilações de preços de moedas e de taxas de juros e contra eventos adversos de crédito.

(a) Risco de crédito

As aplicações financeiras (alocação de caixa) criam exposição ao risco de crédito de contrapartes e emissores. A Companhia tem como política trabalhar com emissores que possuam, no mínimo, avaliação de duas das seguintes agências de rating: *Fitch Ratings*, *Moody's* ou *Standard & Poor's*. O *rating* mínimo exigido para as contrapartes é "A" (em escala local) ou "BBB-" (em escala global), ou equivalente.

Para ativos financeiros cujos emissores não atendem às classificações de risco de crédito mínimas anteriormente descritas, a alocação deverá ser aprovada previamente pelo Conselho de Administração. A qualidade de crédito dos ativos financeiros está descrita na Nota 8.1. Os ratings divulgados nesta nota, sempre são os mais conservadores das agências mencionadas.

(b) Risco de liquidez

O risco de liquidez é gerenciado visando garantir recursos líquidos suficientes para honrar os compromissos financeiros da Companhia no prazo e sem custo adicional. Um dos principais instrumentos de medição e monitoramento da liquidez é a projeção de fluxo de caixa, observando-se um prazo mínimo de 12 meses de projeção a partir da data de referência.

A gestão de liquidez e endividamento adota métricas compatíveis às companhias *investment grade* fornecidas por agências classificadoras de riscos de abrangência global.

A tabela a seguir analisa os principais passivos financeiros da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento.

	Até 1 ano	Entre 1 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos	A partir de 5 anos	Total
Em 31 de dezembro de 2024					
Financiamentos (i)	13.365	24.888	22.405	41.219	101.877
Fornecedores	1.066	-	-	-	1.066
Arrendamentos	44	-	-	-	44
Partes relacionadas	1.424	-	-	-	1.424
	15.899	24.888	22.405	41.219	104.411
Em 31 de dezembro de 2023					
Financiamentos (i)	13.907	25.903	23.442	51.678	114.930
Fornecedores	900	-	-	-	900
Arrendamentos	54	44	-	-	98
Partes relacionadas	-	-	-	-	-
	14.861	25.947	23.442	51.678	115.928

(i) Os valores incluídos na tabela são os fluxos de caixa contratuais não descontados.

(c) Risco regulatório

As atividades da Companhia são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre suas atividades.

(d) Risco socioambiental

A Companhia está sujeita a inúmeras leis ambientais, regulamentos, tratados e convenções, que determinam a remoção e limpeza de contaminação do ambiente, ou relativas à proteção ambiental. As violações à regulamentação ambiental existente expõem os infratores a multas e sanções pecuniárias substanciais e poderão exigir medidas técnicas ou investimentos de forma a assegurar o cumprimento dos limites obrigatórios de emissão.

A Companhia realiza periodicamente levantamentos com o objetivo de identificar áreas potencialmente impactadas e registra com base na melhor estimativa do custo, os valores estimados para monitoramento e prevenção dessas localidades.

A Companhia considera estar de acordo com todas as normas ambientais aplicáveis às suas operações.

(e) Risco de não performance dos parques eólicos

A Companhia possui em seus contratos de autorização de geração de energia eólica, cláusulas específicas de performance, as quais delimitam uma geração mínima ao decorrer do ano e do quadriênio, vinculado a garantia física comprometida nos leilões em que possui negociação. Os parques eólicos estão expostos a fatores climáticos, tais fatores podem trazer oscilação na velocidade do vento, gerando assim o risco de não atendimento do que está determinado no contrato e há a possibilidade de comprometer as receitas futuras da Companhia.

(f) Risco de mercado

Está associado à ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições próprias da Companhia, incluindo eventuais operações sujeitas à variação cambial e das taxas de juros.

(i) Risco de taxa de juros

O risco de taxa de juros da Companhia decorre de contratos operacionais e financiamentos. Esses contratos emitidos às taxas variáveis expõem a Companhia ao risco de flutuação da taxa de juros afetando o fluxo de caixa da Companhia os quais são permanentemente monitorados.

19.3 Demonstrativo da análise de sensibilidade

O principal fator de risco que impacta a precificação dos instrumentos financeiros em equivalentes de caixa, fundo de liquidez – conta reserva e dos financiamentos é a exposição à flutuação das taxas de juros. Os cenários para estes fatores são elaborados utilizando fontes de mercado e fontes especializadas.

Os cenários em 31 de dezembro de 2024 estão descritos abaixo:

Cenário I - Considera choque nas curvas e cotações de mercado de 31 de dezembro de 2024, conforme cenário base definido pela Administração para 31 de março de 2025;

Cenário II - Considera choque de + ou - 25% nas curvas de mercado de 31 de dezembro de 2024;

Cenário III - Considera choque de + ou - 50% nas curvas de mercado de 31 de dezembro de 2024.

Fatores de risco	Natureza da operação	Saldo	Choque nas curvas de 31/12/2024	Impactos no resultado				
				Cenário I Resultados do cenário I	Cenários II & III			
				-25%	-50%	+25%	+50%	
Taxas de juros								
BRL - CDI 12,15%	Equivalentes de caixa e conta reserva	54.310	151 bps	817	(1.650)	(3.299)	1.650	3.299
BRL - TJLP 7,97%	Empréstimos, financiamentos e debêntures (i)	75.496	54 bps	(408)	1.504	3.009	(1.504)	(3.009)

(i) Valores não contemplam custos de captação.

* *basis points*

20 Seguros

A Companhia mantém em vigor apólices de cobertura de seguros de riscos patrimoniais. Tais apólices possuem coberturas, condições e limites, considerados, pela Administração, adequados aos riscos inerentes da operação.

Modalidade	Principais coberturas	Vencimento
Patrimonial	Danos Materiais e Lucros Cessantes	até setembro/2025

O prêmio total pago para a contratação dos seguros acima mencionados é de aproximadamente R\$ 436 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 550 em 31 de dezembro de 2023).